

Feiras de Sementes Crioulas: protagonismo em escolas do campo

Edna Luiza de Souza
João Luis Dremiski



INTRODUÇÃO

A escola pertence à uma comunidade. As tradições, costumes, rituais, comportamentos dos sujeitos pertencentes à comunidade traduzem sua identidade cultural que historicamente se entrelaçam a outros elementos culturais gerando constantes mudanças, contradições, lutas, conquistas, adaptações na vivência e sobrevivência diária. No espaço escolar esses entrelaçamentos influenciam a dinâmica da instituição se materializando em documentos legais na aplicação das legislações que normatizam o seu funcionamento e a sua finalidade na sociedade, manifesto, por exemplo, no currículo vigente que norteia as ações disciplinares e no reconhecimento às especificidades locais.

É necessário relevar a necessidade constante dos sujeitos na busca pela formulação e efetivação das políticas públicas educacionais que possibilitem o direito, consolidado a partir da Constituição de 1988, da permanência dos sujeitos na escola com igualdade de condições aos mais diversos espaços territoriais brasileiros. Comunidades rurais, marcadas durante muito tempo pela precariedade e descaso no atendimento às suas realidades, começaram a ser reconhecidas enquanto um grupo social com seu modo de vida e suas necessidades específicas no direito à educação com qualidade. Aspecto formalizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Art. 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. Assegurando a valorização do trabalho no meio rural e as adequações

no calendário e na importância da escola na comunidade. (BRASIL, 1996)

As discussões sobre a Educação do Campo têm origem no seio dos movimentos sociais em contraposição ao antigo conceito de educação rural, “cuja essência encontra-se na luta por uma política pública orientada pelos próprios trabalhadores do campo e na problematização do campo brasileiro como lugar de confrontos e lutas sociais.” (SOUZA, 2010, p.43).

Entre os movimentos sociais, que deram origem ao conceito Educação do Campo destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, organização que desde seu surgimento na década de 1980 acumulava discussões e experiências em educação, no contexto escolar e fora dele. Este mesmo movimento social construiu ao longo do seu processo uma pedagogia, denominada Pedagogia do Movimento, na qual traz o Trabalho como princípio pedagógico, que conjuga na atualidade na “formulação da atual matriz formativa para as escolas do MST: Trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história”. (CALDART, 2013, p.1)

Os movimentos sociais tornam-se influentes e fundamentais nesse processo da consolidação das legislações vigentes como na mobilização de discussões e novas propostas de documentos normativos em prol das comunidades escolares pertencentes ao meio rural. Constituído por agricultores familiares, assentados, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e mobilizados com outros grupos sociais como universidades e parcerias com instituições sensibilizadas com o tema, esses grupos promoveram encontros e discussões ao longo dos anos, afirmando o termo Educação do Campo.

Uma contraposição à antiga Educação Rural que foi em “outro tempo responsável pelo fortalecimento de desigualdades, preconceitos, com a negação do saber historicamente construído por essas populações” (VIEIRA, 2018. p.37), contribuindo na ausência de investimentos na infraestrutura das instituições tanto no espaço físico, quanto aos recursos materiais e humanos e principalmente na ausência do reconhecimento da dinâmica nas atividades rurais realizadas pelas famílias. Esses aspectos entre outros foram abordados no I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA em 1997, na I Conferência Nacional: por uma Educação do Campo em 1998, na Articulação Nacional Por uma Educação do Campo em 2002 e a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo em 2004.

Eventos marcantes com a participação da sociedade civil e política preocupada com a questão da educação e das comunidades rurais que resultaram na elaboração de documentos norteadores para as escolas dentre esses as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo – 2002 e especificamente no Paraná em 2006 as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Esses documentos apontam para a necessidade de articular, na prática pedagógica do professor e na dinâmica diária escolar, os quatro eixos temáticos: Trabalho: divisão social e territorial; Cultura e identidade; Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável e Organização política, movimentos sociais e cidadania.

Percebem-se nesses eixos as relações diversas da comunidade em que a escola está inserida. Segundo o documento esses eixos temáticos “são entendidos como problemáticas centrais a serem focalizadas nos conteúdos escolares” sendo que “os povos do campo têm anunciado tais temas nos diversos espaços coletivos nacionais e estaduais”

(PARANÁ, 2006. p.35). Diante disso o trabalho busca compreender como as feiras de sementes crioulas se relacionam com a cultura local da comunidade em que a escola está inserida e com as legislações educacionais vigentes tendo como visibilidade as características territoriais desses espaços.

AS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS VIGENTES NAS ESCOLAS DO CAMPO PARANAENSES

Desde a homologação da Base Nacional Comum em 2017 houve discussões e mobilizações pelas diversas secretarias de educação em todos os estados brasileiros, com intuito da elaboração e ou reelaboração do currículo no atendimento ao documento do Ministério da Educação. No Paraná a proposta foi “a construção, em regime de colaboração entre estado e municípios, de um referencial curricular único, cujo objetivo é estabelecer direitos de aprendizagens a todos os estudantes do estado em uma perspectiva de equidade” (PARANÁ, 2018). Assim, por meio da Deliberação nº 03/18 o Conselho Estadual de Educação do Paraná aprova as normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica instituído no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, por recomendação do Comitê Executivo da BNCC, constituído pelas Portarias da Secretaria de Estado da Educação (SEED) n.º66 e 278/2018, o Referencial Curricular do Paraná, que deve ser o documento orientador do processo de elaboração

ou adequação dos Currículos e Projetos Político-pedagógicos das instituições de ensino das redes públicas e privadas. § 1º. O Referencial Curricular do Paraná contempla a educação como compromisso com a formação integral do estudante, tendo como objetivo a ampliação das múltiplas oportunidades de aprendizagem que possam garantir o acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e às tecnologias. § 2º. Os currículos devem ser elaborados conforme a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, respeitado o princípio segundo o quais os direitos e objetivos de aprendizagem são comuns. § 3º. A elaboração ou adequação dos Currículos e Projetos político-pedagógicos das instituições de ensino devem ser realizadas com base nas normas expedidas por este Conselho. (PARANÁ, 2018)

É possível entender por esse Artigo que a partir do Referencial Curricular do Paraná as escolas, dentre outros aspectos, devem contemplar sua realidade em suas diversas dimensões e complexidades na organização e elaboração dos documentos internos à instituição. Embora a BNCC apresente lacunas e desafios relativos para as questões das comunidades campesinas conforme Medeiro e Menezes (2020), Souza e Santos (2021), Lima (2021), a Deliberação nº03/18 contempla as legislações que asseguram a Educação do Campo como política pública para as escolas brasileiras, reforçando os aspectos culturais das comunidades rurais e a articulação com a escola e sua dinâmica:

Os currículos e propostas pedagógicas das escolas do campo, indígenas, quilombolas, de assentamentos e das ilhas devem incorporar componentes curriculares relativos a suas culturas, em conformidade com as normas específicas do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação do Paraná. (PARANÁ, 2018, p.12)

Fica evidente a preocupação na elaboração do currículo e do Projeto Político Pedagógico da escola considerando e respeitando a cultura local e os elementos que participam na dinâmica dos sujeitos pertencentes ao espaço escolar e ao seu redor. A partir da aprovação do Referencial Curricular do Paraná pelo Conselho Estadual de Educação, o que se percebe nesse Referencial os princípios orientadores e os direitos de aprendizagem de cada componente curricular e a organização dos conteúdos em Unidade temática, objetivos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e Médio.

Neste aspecto torna-se essencial reconhecer os espaços territoriais das escolas para que os sujeitos escolares possam agregar os diversos saberes locais na prática pedagógica e na consolidação de uma aprendizagem que respeite as culturas presentes nesses meios com toda sua dinâmica e modos de vida.

REALIDADE LOCAL: O TERRITÓRIO COMO EXPRESSÃO DA ECOLOGIA DE SABERES

A região Centro Sul do Paraná cuja história de ocupação do território remonta ao século XVI, perpassa os “ciclos” econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da extração de madeira na Floresta com Araucária. Inicialmente a colonização esteve vinculada às atividades agrárias tradicionais de cunho extensivo e, mais tarde, pelo estabelecimento de colônias agrícolas em pequenas propriedades formadas por imigrantes europeus, particularmente ucranianos.

A paisagem rural contemporânea é constituída por mosaicos de usos das terras formados por sistemas faxinalenses e de base florestal

em pequenas e médias propriedades. A paisagem associada à agricultura familiar está distribuída principalmente em áreas com relevo acidentado e terras com baixa aptidão agrícola com solos suscetíveis à erosão, processo agravado pela adoção de sistemas de manejo inadequados, que comprometem o potencial produtivo e socioeconômico destas comunidades rurais. Nas propriedades familiares e camponesas predominam sistemas extensivos de produção principalmente de milho, feijão, hortaliças e o tabaco.

Cabe destacar a significativa presença de remanescentes florestais interligados através da rede hidrográfica, fragmentos de tamanho variável e estado de conservação diverso. Estes remanescentes assumem papel relevante na manutenção de serviços ecológicos diversos, incluindo a conectividade e conservação da biodiversidade na paisagem regional. Por conta disto, diversas áreas na região estão incluídas entre as prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade (MMA, 2007). Conter e, preferencialmente, reverter a fragmentação destas paisagens é desafio à sociedade brasileira.

No âmbito regional, os dados de valor adicionado da agropecuária na economia, IDH-M dos municípios e renda mensal no meio rural (IPARDES, 2022) reforçam a ideia de que os modelos da revolução verde se mostraram pouco eficientes para o desenvolvimento rural da agricultura de base familiar. Este cenário compromete a qualidade de vida e a permanência das famílias no meio rural, principalmente de jovens.

Fazendo um destaque para o desenvolvimento territorial em Prudentópolis no Centro Sul do Paraná, a agricultura familiar representa 89,37% do número de unidades rurais no município, ou seja, 6980

estabelecimentos agropecuários. Esses 33% dos estabelecimentos do Centro Sul além de grande importância para a produção de alimentos, destaca-se na prestação dos serviços ecológicos prestados à sociedade. (IPARDES, 2022)

O uso eficiente dos fatores de produção como a terra, a mão de obra, máquinas e equipamentos aliados à elevação da escolaridade apoiada num projeto político pedagógico e num currículo focado na realidade camponesa e a diversificação de rendas refletem diretamente no capital financeiro, tecnológico, humano, social e ambiental das famílias.

Diante disso, destaca-se a importância histórica da educação para esses sujeitos do campo, hoje relegada a papel secundário nas políticas públicas. Uma Educação do Campo com diretrizes para que essas unidades familiares de produção agropecuária possam ser referenciais para o desenvolvimento rural sustentável e para a soberania alimentar. Projetos Políticos Pedagógicos fundamentados e territorialmente adaptados, apoiados pelos agricultores, são exceção em todos os estados brasileiros.

METODOLOGIA

Para Bourdieu o *habitus* se constrói a partir da trajetória de vida dos sujeitos, naturalizadas e das relações com o seu meio, com as condições e acontecimentos que esses vivenciam. Assim, a permanência na escola atribui aos sujeitos alguns elementos que vão se incorporando e de certa maneira influenciando no seu modo de vida e consequentemente nas pessoas ao seu redor. Sob essa perspectiva, na busca das percepções das atividades desenvolvidas nas comunidades rurais,

foi realizada uma pesquisa por meio das ações desenvolvidas pelos professores e alunos para a realização das feiras de sementes crioulas em duas escolas do campo pertencentes ao município de Prudentópolis/PR. Essas percepções foram sendo registradas antes, durante e após a realização das feiras nas duas escolas e os dados obtidos puderam estabelecer as seguintes categorias:

1. As ações para a organização da feira e as relações com a comunidade local.
2. Envolvimento da comunidade escolar e as relações com o aprendizado dos saberes escolares.
3. As revelações e aproximações com as legislações vigentes na realização das feiras.

A presença na escola foi fundamental para a percepção da dinâmica da instituição como também no reconhecimento do entorno da escola com toda a paisagem e suas especificidades territoriais tanto nas mudanças que foram sendo constatadas ao longo dos anos nas comunidades.

RESULTADOS

As ações para a organização da feira e as relações com a comunidade local

A importância deste estudo é destacar as Feiras de Sementes Crioulas em duas Escolas do campo de Prudentópolis, um território marcado pela intensa modernização agrícola e o êxodo dos agricultores familiares camponeses.

A socialização da experiência em curso nas Escolas Públicas do Campo na região de Prudentópolis, das Feiras de Troca de Sementes em parceria com o Instituto Federal do Paraná, Campus Irati, da SEED por intermédio do NRE Núcleo Regional de Educação de Irati, a ONG ASPTA Assessoria e Projetos de Tecnologia Alternativa e o MPT / PR Ministério Público do Trabalho demonstra uma grande articulação de educadores, estudantes e famílias camponesas que criam um espaço coletivo de valorização da agrobiodiversidade e de formação possibilitando um diálogo sobre a Educação do Campo, tendo em vista a demanda de novas formas de ação para transformação social da realidade das comunidades.

As Feiras de Sementes são demandadas pela escola e iniciam-se com uma reunião para o planejamento coletivo com diretores (as), os (as) professores (as) e equipe pedagógica objetivando a compreensão da proposta, a participação, a interdisciplinaridade e a construção da programação da Feira.

Essa etapa inicial garante conhecer aspectos de "dentro da escola" sobre as disciplinas, os conteúdos estruturantes, básicos e específicos e avaliações possíveis bem como formas mais adequadas para organizar o trabalho de sala de aula e o "fora da escola", a parte de campo, das realidades das famílias.

Na sequência realizam-se reuniões com todos os estudantes das escolas (FIGURA 1) para apresentar a proposta e possibilitar que eles alcancem a autonomia sobre o processo de realização das Feiras de Sementes na definição dos temas, na organização das equipes, proatividades na programação, na definição de estratégias para o resgate e formas de distribuição das sementes, mudas, ramas e alimentos a

serem partilhados, além da decoração do espaço e a articulação com as comunidades onde se insere cada escola.

FIGURA 1: REUNIÃO COM OS ALUNOS



FONTE: Autores (2022)

Após o diálogo inicial com professores e estudantes é realizado um Inventário da Realidade, uma ferramenta para diagnóstico de aspectos quantitativos e qualitativos de uma determinada realidade, para se conhecer as peculiaridades da família, do cotidiano da vida, das relações de trabalho e as questões financeiras, ambientais e culturais dos estudantes que serve como material para o planejamento dos professores e para o estudo nas salas de aula.

Em cada uma das escolas participantes foram definidas algumas temáticas como: histórico das comunidades, agroecossistemas e biodiversidade, arranjos produtivos locais, tecnologias adaptadas, organizações da agricultura familiar, políticas públicas de desenvolvimento sustentável, entre outros.

Assim, antes de cada Feira foram realizadas visitas às famílias, onde alguns professores das escolas e de entidades parceiras como o IFPR verificaram *in loco* questões do inventário e puderam visitar quintais e lavouras, resgatar sementes, convidar as famílias para participarem das Feiras e conhecer a realidade das comunidades no entorno de cada escola constituindo vínculos com as pessoas que ali vivem. As comunidades pertencentes à escola são representadas em maquetes (FIGURA 2) para o reconhecimento e valorização desses espaços.

As escolas realizaram intercâmbios e participaram como expositores em outras Feiras de Sementes da região para conhecer as peculiaridades de cada uma e formas diferentes de organização e programação.

Esta dinâmica altera o dia a dia da escola meses antes da data da Feira, percebe-se um maior empenho e comprometimento com os acordos, estudos e revisões de temas, experimentos realizados e produção por parte dos professores e estudantes. O protagonismo na aprendizagem por parte dos estudantes é maior e as mudanças no método tornam a comunidade escolar mais participativa e democrática estabelecendo vínculos com as famílias e comunidade.

aparece nas exposições dos estudantes (FIGURA 3). Apresentada com um enfoque social e dando protagonismo aos camponeses e aos seus conhecimentos tradicionais.

FIGURA 3: EXPOSIÇÃO DOS ALUNOS NA FEIRA



FONTE: Autores (2022)

São comuns trabalhos sobre técnicas de cultivo que respeitam o meio ambiente, controle integrado de insetos e doenças e sobre conservação de solos e matéria orgânica. Na valorização de agroecossistemas sustentáveis torna-se imperativo a introdução dos conhecimentos tradicionais passados de pai para filho e apropriados pela escola.

As Feiras de Sementes se destacam também pela interdisciplinaridade e um exemplo é apresentado aqui entre Arte e Matemática, as

disciplinas mostram-se muito presentes na confecção das mandalas (FIGURA 4), momento em que os alunos buscam na propriedade que residem os recursos como alimentos e sementes. Durante esse processo, os conceitos matemáticos como medidas de comprimento, ângulos, foram utilizados e colocados em prática, reforçando a importância da Matemática e da Arte para o dia a dia do educando. Os resultados foram diversos e a expressão artística encanta a todos, o que permite compreender o resultado da prática articulada com a teoria estudada anteriormente.

Os conteúdos organizados curricularmente são articulados nessas ações e resultam em textos e nas falas dos alunos durante a apresentação de seus trabalhos. Ressalta-se que são realizadas pesquisas, dos temas abordados, nos materiais impressos presentes na escola como livros didáticos como na tradição dos saberes locais que são repassados de geração em geração.

FIGURA 4: MANDALA CONSTRUÍDA PELOS ALUNOS



Fonte: Autores (2022)

As revelações e aproximações com a comunidade local com a realização das feiras

Nos últimos anos, vem crescendo na região Centro Sul do Paraná o trabalho de agricultores familiares que se dedicam a manter os saberes tradicionais e o patrimônio genético da agricultura. São os guardiões e guardiãs de sementes crioulas do Coletivo Triunfo¹ que inspiram as escolas do campo a resgatar e preservar não só sementes, mas também saberes e práticas agroecológicas. As escolas do campo estão contribuindo para a busca da autossuficiência e diversidade nas propriedades agrícolas, e também discutem sobre o risco cada vez maior da contaminação por transgênicos, o que põe em risco o trabalho histórico dos guardiões de sementes.

As feiras consolidadas já partilharam uma grande quantidade de sementes crioulas de diversas variedades de milho, feijão, arroz, melancia, melão, abóbora, raízes e tubérculos como batata, batata-doce, mandioca, além de amendoim, pimenta, hortaliças diversas como alface, tomate, adubos verdes, cereais como trigo, centeio, cevada, flores e diversas plantas alimentícias como frutas nativas e erva-mate. Somente de milho já são mais de 45 variedades crioulas resgatadas nas escolas expostas em um mostruário. Além de materiais didáticos,

1 O Coletivo Triunfo é uma articulação de camponeses, sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, grupos, professores e estudantes de escolas técnicas, institutos federais, faculdades e universidades públicas estaduais e federais, gestores públicos municipais e estaduais e representantes de cooperativas de trabalho e de extensão rural, assessores técnicos de ONGs e entidades prestadoras de assistência técnica e extensão rural ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da agroecologia no Sul do Brasil. O Coletivo Triunfo nasceu em 2010, no sudeste do estado do Paraná é atualmente constituído por mais de 40 membros sediados em 17 municípios.

livros e artesanatos houve a produção e distribuição de produtos de agroindústria como doces, geleias, conservas e panificados.

O resgate, o plantio e a guarda de sementes crioulas envolvem descobertas sobre a história de ocupação dos territórios e da colonização como o trigo mourisco e os hábitos alimentares ucranianos. O trabalho dos estudantes guardiões de sementes crioulas preservam saberes tradicionais e ancestrais dos territórios e acabam dando um caráter de “museu a céu aberto”, onde as sementes e seus saberes associados em exposição expressam um patrimônio imaterial constituído pelos saberes dos agricultores (FIGURA 5).

FIGURA 5: RESGATE DAS TRADIÇÕES E SABERES LOCAIS



FONTE: Autores (2022)

Em 2022 as Feiras de Sementes Crioulas nas escolas do campo tiveram a presença de mais de 5000 pessoas entre estudantes, agricultores familiares, professores e servidores das escolas, representantes de entidades de assistência técnica e lideranças governamentais. Estas Feiras também funcionaram como espaços de apresentações culturais e de lazer para os agricultores e são estratégias que inovam modelos de desenvolvimento rural sustentável em busca por autonomia e soberania alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nestas reflexões este estudo permite debater sobre conhecimentos importantes a respeito da aproximação das Escolas do Campo à realidade dos camponeses, bem como um olhar em torno da interdisciplinaridade e de ferramentas pedagógicas e suas práticas em busca de uma apropriação do processo de formação. Indicativos da necessidade da efetivação das políticas públicas educacionais, especificamente as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo e concordando com Caldart (2011, p. 150) que somos “herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como direito universal, de todos.”

A educação rural tradicional e recentemente as novas políticas educacionais, não conseguiram se reinventar para promover o desenvolvimento rural de base familiar. Nesse processo, de “modernização” da educação, os jovens agricultores são considerados depositários de conhecimentos e não é pautada uma educação no contexto ecológico, cultural, socioeconômico e local. Pontualmente algumas iniciativas de

destaque para uma educação do campo vinculada ao território já foram desenvolvidas em Prudentópolis, tanto pela Universidade Federal Fronteira Sul Campus Laranjeiras do Sul com o Programa Escola da Terra e pelo Instituto Federal do Paraná Campus Irati com o curso subsequente ao ensino médio Técnico em Agroecologia, com ênfase em ações pautadas em processos educativos, participativos e tecnologias não agressivas ao meio ambiente, mas nos dois casos deixaram de ter continuidade. Perdem-se, assim, oportunidades para vivenciar a realidade socioambiental regional e participar de equipes multidisciplinares na busca pela sustentabilidade.

Reforça-se a necessidade de estratégias participativas de educação, extensão rural diferenciada, fomento à pesquisa e formação docente específica para atender estas demandas. Há, no entanto, carência de profissionais com formação e experiência adequadas para atender a essa transformação ecológica da produção de base familiar.

No âmbito local vêm sendo identificadas e analisadas iniciativas isoladas de práticas pedagógicas em educação do campo vinculadas às unidades rurais de base familiar, associações de agricultores ecológicos, porém ainda não se tornaram políticas públicas. Aliadas à essas especificidades, a realização das Feiras de Sementes se constitui uma ação que vem a fortalecer as lutas e as conquistas da identidade dos sujeitos pertencentes ao meio rural como a necessidade de promover discussões entre o coletivo escolar das diversas realidades campestres e as instâncias educacionais. É notável que as Feiras realizadas com êxito foi necessário um grande número de fatores, como planejamento, trabalho árduo, interdisciplinaridade e disponibilidade de recursos e de aporte teórico e técnico.

Esse estudo mostra que a biodiversidade está presente no dia a dia dos estudantes e muitos docentes conseguem enxergar essa realidade e aplicam de maneira prática o assunto para um bom entendimento da realidade e da ciência. Os estudantes filhos de agricultores se valorizam e percebem a contribuição que podem dar à sociedade, como o sentimento de preservação do meio ambiente, a importância econômica e social da agricultura. Nesse viés, eles serão importantes personagens na construção de uma consciência socioambiental.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- CALDART, Roseli Salete. (2011). Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. Em Arroyo, M.G.; Caldart, R.S. ; Molina, M.C. **Por uma Educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2 ed., p. 149-158, 2011.
- CALDART, R. A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: Educação do Campo: **Reflexões e Perspectivas**. MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S.F; PEIXER, Z.I. (Orgs). 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2011.
- CALDART, R. **Escola e movimento**. 1. ed. São Paulo: Instituto de Educação Josué de Castro, Expressão Popular, 2013.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL/IPARDES. Cadernos municipais. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30 . Acesso em: 25 out. 2022.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA. **Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira**. Brasília: MMA/SBF, 2007. 300 p. (Série Biodiversidade, 31).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Deliberação **CEE/CP Nº 03/18**. Curitiba, 2018.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007**. Curitiba: UFPR, 2010.
- STRINGER, E. T. Action research: a handbook for practitioners. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1999. 255 p.
- VIEIRA, E. A. **Jovens, escolarização e livros didáticos: estudo etnográfico em uma escola de assentamento (SC)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2018.